

**Pesquisa participante e comunicação dialógica: a experiência com
as comunidades ciganas da Espanha**

**Participatory Research and Dialogic Communication: the Experience
with the Romani Communities from Spain**

Gabriela Marques Gonçalves¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir como a comunicação dialógica pode ser aplicada em trabalhos de campo de pesquisas participantes. Será realizada, portanto, uma discussão teórica sobre esta metodologia de pesquisa, seguida da reflexão sobre sua aplicação no caso específico das comunidades ciganas. O âmbito prático da pesquisa se enfocará na realidade destas comunidades na Espanha, a partir do relato da nossa experiência de trabalho durante quatro anos no referido país. Como resultados, apontamos a importância do conhecimento de seus contextos históricos e sociais para construir um entorno dialógico de pesquisa, bem como a participação ativa em suas lutas para alcançar uma melhor compreensão das realidades analisadas.

Palavras-chave: Pesquisa participante; Comunidades ciganas; Comunicação Dialógica; Metodologia; Espanha.

Abstract: This paper aims to discuss how the dialogic communication can be applied in fieldworks of participatory researches. Thus, it will be done a theoretical discussion about this methodology, followed by a reflection about its application in the specific case of the Romani communities. The practical scope of the research will focus on the reality of these communities in Spain, considering the narrative of our work experience during four years in this country. As a result, we will point out the importance of the knowledge of their historical and social contexts to build a dialogic environment of research, as well as the active participation in their fights to achieve a better comprehension of the analyzed realities.

¹ Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (UFG), especialista em Produção e Gestão de Projetos Culturais pela UFG, mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutora em Comunicação Audiovisual e Publicidade pela Universidad Autònoma de Barcelona, na Espanha.

Keywords: Participatory research; Romani communities; Dialogic communication; Methodology; Spain.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir a comunicação dialógica na pesquisa participante com comunidades ciganas. A comunicação dialógica é entendida aqui como o diálogo entre posições sociais distintas na busca pela construção conjunta de conhecimento entre sujeitos diferentes, mas não desiguais (BRANDÃO, 2005). Esta experiência faz parte de uma pesquisa de doutorado sobre consumo midiático e cultural da população cigana, realizada entre 2016 e 2019, na Espanha, e, por isso, as reflexões se focarão no contexto específico desse país. No entanto, esse fato não impede a construção de um diálogo com pesquisas realizadas com populações ciganas de origens diferentes.

Não há nenhuma pretensão de que este seja um modelo a ser seguido no que diz respeito às pesquisas realizadas com as populações ciganas, principalmente porque se reconhece aqui a diversidade desse povo e as diferenças históricas e geográficas que os diferentes grupos vivenciaram. O que se propõe é uma reflexão para o estabelecimento de diálogos e trocas com os interessados neste assunto. Ressaltamos também que para fazer este diálogo, por vezes utilizaremos, neste texto, a primeira pessoa com o objetivo de criar uma relação mais direta entre a discussão que se propõe aqui e nossa experiência pessoal.

Para fazer este debate, propomos um olhar atento à pesquisa participante enquanto método e ao papel da comunicação dialógica como norteador deste processo. Em seguida, apresentaremos a experiência de pesquisa com as comunidades ciganas da Espanha, mais especificamente da Catalunha. Veremos qual a importância do conhecimento de seus contextos históricos e sociais para construir um entorno dialógico de pesquisa, bem como a necessidade de uma participação ativa em suas lutas para uma melhor compreensão das realidades analisadas.

É importante destacar que, antes da realização desta pesquisa, eu não tinha experiência de trabalho com as populações ciganas. No entanto, outras pesquisas de cunho participativo, realizadas de 2007 a 2015 em minha trajetória acadêmica, especialmente com grupos de cultura popular, populações indígenas e movimentos sociais, como os de luta pela terra e por moradia, formaram a base para guiar a pesquisa que seria realizada com as comunidades ciganas.

Além da experiência prévia, a pesquisa bibliográfica foi fundamental para compreender o contexto histórico e social da população com a qual entraria em contato, especialmente os trabalhos de autores que abordam a realidade europeia ou, mais especificamente, espanhola, como Matache (2014, 2016), Garriga (2000, 2015), San Román (1984), Oleaque (2014), entre outros. Isto porque qualquer aproximação a estas comunidades deve ser acompanhada do conhecimento de seus históricos de perseguição e modos de resistência, sendo estes os aspectos comuns das comunidades ciganas dos diferentes países.

A construção de uma comunicação dialógica com estes sujeitos requer o reconhecimento de que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (RIBEIRO, 2017, p. 64). O histórico de negação do próprio direito à vida das comunidades ciganas, cujo ápice pode ser explicado pelo holocausto cigano no regime nazista (GONÇALVES, 2019b), construiu um contexto de autoisolamento em alguns desses grupos como um processo de autoproteção, como se verá mais adiante.

Ao se construir um espaço de comunicação dialógica na pesquisa científica, compreende-se que “os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias” (RIBEIRO, 2017, p. 75).

Antes de dar início à discussão teórica a que nos propomos aqui, acreditamos ser importante fazer um breve recorrido sobre o histórico de perseguição às populações ciganas. Isso nos ajudará a compreender a análise específica sobre a experiência com o grupo de interlocutores espanhóis.

2. Breve histórico sobre a população cigana²

A existência das populações ciganas enquanto grupo étnico, segundo muitos teóricos, surge com a chegada à Europa. Acreditava-se em sua origem egípcia, de onde vem a denominação nas diferentes línguas: gypsy, gitano, cigano, tsigane, zíngaro etc. (MATACHE; BHABHA; BRONSTHER, 2014). Diferentes grupos são abarcados no que hoje se conhece como povos Romani, que reivindicam, especialmente na Europa, o reconhecimento de uma língua comum, o Romanês, de uma bandeira e de um hino, o *Gelem Gelem*. A importância do núcleo familiar, o respeito aos mais velhos, a itinerância forçada e a capacidade de adaptação a

² Um histórico mais aprofundado do assunto pode ser encontrado em Gonçalves (2019a).

diferentes culturas e religiões são algumas características destas populações, apesar de não se buscar aqui uma generalização folclorizada de sua cultura, que é diversa (TORRES, 1991; SANT'ANA, 1983).

Mais do que nos deter em aspectos culturais, acreditamos ser importante focar no contexto histórico-social destas populações no continente europeu para compreender as perseguições a este grupo étnico em todos os territórios por onde passaram, concretizando-se de formas particulares nos diferentes países e em diferentes momentos. Os povos ciganos são vistos, desde a Idade Média como o “outro” que não se encaixa nos padrões esperados para a sociedade europeia, processo que se complexifica durante a formação dos Estados-Nação em que se buscava uma homogeneidade e identidade comum (GONÇALVES, 2019b).

Enquanto na Romênia foi instituída sua escravidão, por exemplo, Inglaterra e Portugal decidiram expulsar as famílias ciganas de seus territórios e enviá-las ao continente americano no processo de colonização (MATACHE, 2014) na tentativa de fazer desaparecer sua cultura. Já o reino espanhol, avaliando a experiência dos países vizinhos, preferiu manter estas populações em seu território ao mesmo tempo em que designava sua prisão e trabalho forçado. As proibições do uso de sua língua e de suas vestimentas foram, no entanto, medidas comuns em diferentes governos.

No caso específico da Espanha, Teresa San Román divide temporalmente o tratamento das populações ciganas da seguinte maneira: “até 1499, costuma-se falar de uma fase de acolhida; entre 1499 e 1783 se dá uma ‘fase de perseguição’; enquanto que a etapa que vai de 1783 até nossos dias é caracterizada por tentativas de assimilação ou integração” (SAN ROMÁN *apud* GARRIGA, 2000, p. 54). Estas políticas se dão ora por meio da violência, ora por meio do esquecimento e apagamento de sua cultura e identidade. De qualquer modo, podem ser vistas como resultado do racismo de Estado na Espanha que, segundo Cortés Gómez e Fernández Ortega (2015), se constituiu “como um dispositivo religioso-católico” até o século XVII e “como um dispositivo econômico-liberal no século XVIII” (*ibid.*, p. 499).

No primeiro período mencionado por San Román, os ciganos não sofreram muita perseguição, porque se acreditava que deixariam o território rapidamente. Já a segunda etapa coincide com a Reforma Protestante e a Contrarreforma, que, segundo Ginzburg, supunham o início de um período marcado “pela marginalização mais ou menos violenta das minorias e dos grupos dissidentes” (SAN ROMÁN, 1987, p. 33-34).

Considerado um povo estrangeiro, os ciganos eram vistos como um problema para o governo durante a construção do Estado moderno, baseado no nacionalismo e na migração do campo para as cidades, que tinha como uma de suas características a rejeição ao que era diferente: “a presença de estrangeiros na Espanha se torna polêmica; se atribui aos diferentes e estrangeiros a difusão de costumes diferentes e a corrupção da vida do povo. O estrangeiro é um ‘outro’ na sociedade civil da época” (GARRIGA, 2000, p. 53-54).

Todo este contexto, marcado pela elaboração ao longo dos séculos de diversas leis destinadas a punir as populações ciganas por sua forma de ser, resultou em uma marginalização social e econômica estruturada pelo racismo e estigmatização destas populações. A construção da imagem da população cigana como um “outro” nasce de uma reafirmação da identidade da sociedade dominante em relação a diferentes grupos étnicos. O racismo contra os povos ciganos é, assim, parte de um conjunto complexo de discriminações, em que se construiu a ideia de uma inferioridade deste grupo diante da sociedade europeia, branca e cristã (GONÇALVES, 2019b).

Segundo Mirga-Kruszelnicka (2015), a imagem negativa dos ciganos se deve em grande medida à produção acadêmica e de especialistas que concentram suas análises nas deficiências, limitações e problemas socioeconômicos da população cigana. Isso se dá de modo a responsabilizar os próprios ciganos pela sua situação social, como se a pobreza fosse própria de seu ambiente e não uma consequência do contexto histórico baseado em perseguições. Esse discurso se coloca como autorizado para explicar as formas de vida das comunidades ciganas, considerando a construção das normas culturais brancas como um padrão a ser seguido (GONÇALVES, 2019b).

Todo esse contexto histórico se mistura nas últimas décadas com os processos de globalização, crises econômico-financeiras e recentes movimentos migratórios. Assim, mesmo com todos os avanços relacionados à consolidação da democracia e à garantia dos direitos humanos, ainda existe, segundo Cortés Gómez e Fernández Ortega (2015, p. 506), uma “igualdade jurídica” acompanhada de uma “desigualdade de facto”, devido às consequências do colonialismo e do racismo estruturante.

Nos últimos 40 anos, alguns exemplos dessas consequências são a criação de bairros e escolas segregadas, o linchamento público, a esterilização forçada de mulheres ciganas e as abordagens policiais por perfil étnico (GONÇALVES, 2019a; GONÇALVES, 2019b). A discriminação e perseguição se mostram em situação ainda mais ameaçadora para a população cigana com o avanço da ultradireita, especialmente na Europa, com as políticas promovidas

pelo Primeiro Ministro da Hungria e o crescimento do discurso discriminatório no espaço público, exemplificado pelos discursos de ódio na internet.

Como resultado da Década pela Inclusão dos Ciganos³, que teve início em 2005 em 12 países do continente europeu e cujo objetivo era alcançar a integração da população cigana pelo fim da discriminação e da pobreza nessas comunidades, constatou-se a produção de algum avanço nas áreas de educação, trabalho, saúde e moradia. No entanto, paralelamente a isso, a população cigana segue enfrentando no seu dia a dia problemas que demonstram a falta de garantia de seus direitos fundamentais.

No caso específico da Espanha, o Relator Especial das Nações Unidas sobre questões relacionadas às minorias, Fernand de Varennes, constatou em sua declaração de 2019 que a população cigana é uma minoria que segue entre as mais marginalizadas e vulneráveis do país e reconheceu que o Anticiganismo continua “muito estendido e profundamente arraigado nos comportamentos sociais e culturais e nas práticas institucionais” (VARENNE, 2019, não paginado).

Tudo isso nos ajuda a compreender as estratégias de autodefesa que estas comunidades criaram ao longo dos anos em relação, por exemplo, às políticas públicas destinadas a elas – na maioria das vezes elaboradas sem a participação da própria comunidade – e ao ambiente acadêmico. Isto se reflete não só nas suas relações com o poder público, mas também com pesquisadores, já que em muitos momentos estes agentes atuaram juntos nos assuntos que se referem às populações ciganas.

3. A pesquisa participante e a comunicação dialógica

Ao pensar a pesquisa como um processo de problematização de determinadas questões, assume-se a ideia de Freire (1977, p. 82) de que isso só é possível a partir do compromisso pessoal com estas mesmas questões, já que a problematização é inseparável das situações concretas e porque não é possível permanecer “como mero espectador da problematização”, já que ela “implica num retorno crítico à ação”.

³ Iniciativa conjunta da Comissão Europeia, do Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) desenvolvida na Bulgária, Croácia, República Tcheca, Hungria, Macedônia, Romênia, Sérvia, Montenegro, Eslováquia, Espanha, Albânia e Bósnia e Herzegovina.

Para esse autor, ao se aprofundar na situação em que se está problematizando, abrem-se ao mesmo tempo “novos caminhos de compreensão do objeto da análise aos demais sujeitos” (FREIRE, 1977, p. 82). No que se refere à proposta deste artigo, abre-se à participação dos interlocutores no próprio processo de pesquisa para que possam refletir também sobre o fazer científico em suas comunidades. Isso permite que estes sujeitos se entendam enquanto parte de uma totalidade, em que as partes estão em interação, e que é possível participar “de uma ação autêntica” sobre o processo de pesquisa (FREIRE, 1977, p. 34).

Como destaca Brandão, as pesquisas acadêmicas se inserem em realidades que são desiguais, por isso a atuação na pesquisa participante “determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir” (BRANDÃO, 1985, p. 12). Isso significa colocar os instrumentos do pesquisador “a serviço da construção de uma sociedade mais justa e democrática” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1985, p. 20-21).

Em diálogo com estas reflexões, trazemos os aprendizados que a etnografia também nos proporciona. O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2006) destaca o “olhar” e o “escutar” como duas das três práticas dentro do trabalho etnográfico, ao lado do “escrever”. Para o autor, essas práticas são as três etapas necessárias para apreender os fenômenos sociais, e as tomamos emprestadas aqui para refletir sobre a pesquisa participante. Ao mesmo tempo que a teoria faz o olhar do pesquisador mais sofisticado e proporciona uma observação mais cuidadosa, é necessário estar preparado para que ela não se limite aos conceitos pré-construídos, abrindo possibilidades para novas interpretações. Para Cardoso de Oliveira (2006), é preciso criar um ambiente de interação e diálogo no qual o informante se transforma em interlocutor, rompendo ou, ao menos, diminuindo o caráter autoritário que possa representar o pesquisador no processo de estudo. Esta proposta metodológica vai ao encontro das discussões nos campos da educação e da comunicação popular que buscam um processo de interação que rompa os papéis tradicionais ocupados pelos sujeitos participantes do processo.

Ao analisar a obra de Bakhtin, Geraldi (2011) destaca a importância de sua dialética dialógica no e para o fazer científico, já que a compreensão de uma realidade é um movimento e todos os envolvidos nele saem modificados. Fiorin (2006) destaca, também analisando a obra do pensador russo, que as relações dialógicas a que ele faz referência não se reduzem ao diálogo face a face, mas tratam daquelas relações entre posições sociais. Nisto, a importância em se destacar que pesquisador e interlocutores fazem parte de posições sociais diferentes, mas que

dialogam. E isto requer por parte do pesquisador uma postura oposta à antidualogicidade, caracterizada pela invasão cultural. Isto porque “o invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação” (FREIRE, 1977, p. 41), criando uma relação autoritária. Para Freire (*ibid.*, p. 43), é preciso vivenciar o diálogo e “ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade”. Em resumo:

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento ‘experencial’), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la (FREIRE, 1977, p. 52).

Neste processo, abre-se caminho também para o afeto, entendido aqui como intensidades específicas, geralmente não significáveis, conseqüentes da representação ou imaginação de um sujeito sobre o que seria o lugar ocupado pelo outro (FAVRET-SAADA, 2005). Sempre haverá pontos de contato e de divergência entre esses sujeitos, no entanto, seguindo a lógica bakhtiniana, “é nas divergências que se abrem a historicidade e sociabilidade do mundo” (GERALDI, 2011). Para Favret-Saada, experimentar de forma indireta sensações, percepções e pensamentos do outro requer esta distância da diferença para que resulte em uma aproximação.

Ao ocupar esses lugares, os interlocutores se afetam mutuamente e isso não significa se identificar com o ponto de vista do outro, mas assumir “o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160). Isso se mostra de forma ainda mais marcada no caso do pesquisador que se abre a uma metodologia flexível, que é mutável justamente porque é crítica com o contexto analisado. Essa atenção ao afeto é possível quando o centro da discussão é o sujeito, mas como destaca Paulo Freire, não se trata aqui do sujeito abstrato, mas do concreto, “que não existe senão na realidade também concreta, que o condiciona” (FREIRE, 1977, p. 16), ou seja, o sujeito “que não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo” (*ibid.*, p. 28), o que inclui a natureza e os seres vivos que o rodeiam.

Finalmente, se flexibilidade, intercomunicação horizontal e redes são importantes para entender a sociedade (SOUZA, 1993), também o são para compreender a proposta metodológica que discutimos aqui. Para Freire (1977, p. 48), nas “relações estruturais, rígidas e verticais”, não há espaço para o diálogo. Além disso, como se verá na próxima parte deste

artigo, a articulação em rede foi fundamental para o trabalho com as comunidades ciganas. Por redes entendemos aqui aquelas destacadas por Scherer-Warren (1993) como a possibilidade de integração da diversidade. Assumimos, assim, essa multiplicidade de sujeitos com os quais se interage no processo da pesquisa, evitando uma unicidade totalizadora e buscando a riqueza dessa diversidade e das próprias contradições que a acompanham.

Essa diversidade é refletida nas opiniões e práticas analisadas na pesquisa a que fazemos referência e possibilitadas pela metodologia aqui proposta e, ainda que sejam pessoais, estão atravessadas pela realidade do grupo devido à continuidade de experiências semelhantes ou comuns. As análises refletem, assim, as condições sociais nas quais estes sujeitos estão imersos. Isso “ajuda a criar um repertório comum de reivindicações e possibilita o diálogo no fortalecimento destas lutas” (GONÇALVES, 2019a, p. 224-225). Como destaca Ribeiro (2017), para além de enfatizar as experiências de racismo vivenciadas por estes sujeitos, é importante destacar que eles compartilham processos de resistência, mostrando que experiências individuais podem ser vistas de uma perspectiva coletiva.

4. O trabalho de campo com a população cigana

Como explicado na introdução, a reflexão desenvolvida neste artigo parte da experiência da autora na província de Barcelona, na Espanha, que resultou em uma tese de doutorado elaborada a partir de uma metodologia qualitativa enfocada na observação participante e em entrevistas semiestruturadas com 20 pessoas. A falta de um conhecimento prévio sobre a população cigana na localidade e a falta de um interlocutor cigano fez com que optássemos por começar o trabalho de campo nas redes sociais em paralelo às leituras teóricas sobre o tema. Por um lado, era preciso conhecer em primeira mão a população cigana de Barcelona e, por outro, precisávamos nos apresentar para a comunidade. Este trabalho exploratório foi imprescindível para conhecer estas pessoas e para ganhar seu respeito e confiança, como se detalhará mais adiante.

Uma das ferramentas mais importantes nesta fase inicial foi a busca e a observação da rede social Facebook, já que muitas associações e entidades ciganas têm perfis nesse espaço⁴. Suas publicações nos levavam a outros atores importantes como ativistas e artistas ciganos,

⁴ Nesta etapa, destacamos as páginas de Fagic, Unión Romani, Fundación Pere Closa, Secretariado Gitano e FAKALI.

além de nos dar informações sobre atividades, projetos e ações desenvolvidas por e/ou para a comunidade cigana. Ao mesmo tempo que se realizava este mapeamento virtual, começamos a participar em 2016, inicialmente apenas como ouvinte, do maior número possível de atividades presenciais, como seminários, conferências, prêmios, mesas-redondas, grupos de trabalho etc. Nomes, rostos e vozes, que no início eram estranhos à pesquisadora, passaram, ao longo do tempo, a fazer parte de uma rede de contatos que foi além de Barcelona, e que incluiu ciganos de outras partes da Europa, inclusive, do Brasil, sendo o *status* de pesquisadora sempre foi evidenciado nessas relações.

O Facebook foi útil não só para localizar estas entidades e militantes, mas também para fazer um acompanhamento ao longo de toda a pesquisa. À medida que o tempo passava, sua função já não era simplesmente dar informações sobre as atividades, mas sim manter diálogos com os interlocutores que em algum momento a pesquisadora havia conhecido pessoalmente. Este diálogo não se dava somente sobre questões relacionadas com uma militância da causa cigana, mas também acerca de questões mais pessoais, devido à informalidade proporcionada pelas publicações nessa rede social.

A partir dos dados encontrados no Conselho Municipal do Povo Cigano de Barcelona, por meio de sua página na internet e do uso de ferramentas de busca, foi possível fazer um primeiro levantamento de associações ciganas na cidade, que naquele momento totalizavam um número de 20. No entanto, embora as associações se apresentem como uma ponte importante com a comunidade, optou-se por não fazer um contato direto com elas antes que se tivesse uma visão completa sobre os aspectos históricos e a atuação do movimento associativo na cidade. Deste modo, pretendeu-se evitar que a pesquisa se centrasse em grupos ou líderes com poder de influência excessivo dentro do mundo associativo ou respondesse a perfis muito específicos ao se restringir a um bairro ou grupo de familiares.

Ao longo dessa fase exploratória, detectou-se a resistência por parte de membros da população cigana em participar em pesquisas acadêmicas. Segundo Padrós Castells, Sánchez-Busqués e Luque Cubero (2012), no final dos anos 1990, a visita de *experts* era vista pelos membros da comunidade cigana como uma ação que não se preocupava com os interesses reais desta população e que também não dava um *feedback* sobre as questões apresentadas a eles. De algum modo, nossa experiência é uma prova de que esta percepção continua, o que nos levou a buscar maneiras de garantir a existência do compromisso não só com a pesquisa em si, mas com as pessoas que conhecíamos.

Garriga (2000) fala de um receio da população cigana em relação a estudos e questionários, já que eles não ajudaram nem seus participantes nem a comunidade cigana em geral na conquista de condições de vida mais dignas. Para a autora, isto é consequência de uma desconfiança em relação à sociedade majoritária, incluindo o poder público, que muitas vezes tentou forçar a adaptação das comunidades ciganas às estruturas não ciganas da sociedade, sob o pretexto de políticas de integração que resultavam na assimilação desses grupos. Mais que isso, a insegurança é resultado do próprio processo de não participação, de não diálogo, de quem se vê “sem o direito de dizer sua palavra, e apenas com o dever de escutar e obedecer” (FREIRE, 1977, p. 49). Ainda para Freire, uma consequência dessa lógica é a extensão da desconfiança do outro a si mesmo, que ao não se sentir seguro “de sua própria capacidade”, “introjetam o mito de sua ignorância absoluta” (*id.*).

Em um texto sobre sua experiência de trabalho no âmbito educativo, Lalueza, Crespo e Luque (2010) falam de um desconhecimento mútuo entre famílias ciganas e professores não ciganos. Já Garriga (2015) se refere a preconceitos mútuos em uma abordagem mais geral a partir do desconhecimento que um grupo tem sobre a cultura do outro. No entanto, temos nossas dúvidas se é correto falar de um desconhecimento dos ciganos em relação à sociedade majoritária quando toda a sociedade se estrutura em instituições e modelos não ciganos. Os estereótipos que os ciganos apresentam sobre a sociedade majoritária seriam resultado de desconhecimento ou das históricas relações de poder existentes entre os dois grupos que resultaram em prisões, mortes, trabalho forçado e assimilação das comunidades ciganas?

Como aponta Freire, o ser humano não é um ser da adaptação, mas sim resultado da transformação de seu entorno e, por isso, é um ser de decisão. É compreensível, portanto, que alguns grupos sociais tenham uma reação natural de defesa diante de um “invasor” que ameaça romper seu equilíbrio interno ao sobrepor a eles “outra forma de pensar, que implica outra linguagem, outra estrutura e outra maneira de atuar” (FREIRE, 1977, p. 31). Essas superposições costumam ser ações que não reúnem nem “a participação de” nem “o diálogo com” os grupos sociais minoritários.

Definitivamente, informações encontradas no levantamento bibliográfico acabaram confirmadas na prática com a falta de resposta ou recusa de alguns interlocutores no momento em que foram solicitados a participar da pesquisa como entrevistados. Essa situação reforçou a necessidade de fazer algo que já prevíamos desde o início do projeto: envolver-se no dia a dia da comunidade. A observação participante se mostrava, assim, ainda mais importante. Mais que

uma ferramenta metodológica empregada para extrair informação direta para a pesquisa, a observação participante foi entendida aqui como um mecanismo para dar continuidade aos contatos com possíveis entrevistados e para garantir um espaço de construção de uma relação mútua de confiança.

Ao mesmo tempo, à medida que se formava e se ampliava nossa rede de contatos, a presença nas atividades e eventos foi exigindo uma participação mais ativa por parte da pesquisadora, seja nas intervenções em espaços próprios de debate, através do diálogo e intercâmbio de experiências com interlocutores ciganos e ciganas, seja na atuação como jornalista, curso de formação da pesquisadora. Segundo Peruzzo (2008), na pesquisa participante, o pesquisador assume algum papel cooperativo no grupo; assim, no caso desta pesquisa, produziram-se colaborações com diferentes entidades, como a produção de um vídeo em uma parceria com os projetos *Shere Rom* e *Avancem amb la Música*, de textos jornalísticos para o *Museo Virtual del Pueblo Gitano de Catalunya*, de oficinas de informática para crianças com a *Asociación Intercultural Nakeramos* ou ainda da decoração da *Plaça del Poble Romani*⁵ com a *Asociació de Joves Gitanos de Gràcia* para uma das festas de bairro promovidas pela prefeitura de Barcelona.

Deu-se, assim, uma grande interação entre a pesquisadora e os membros da população cigana de Barcelona, abrindo a possibilidade de colocar os conhecimentos técnicos e científicos a serviço da causa cigana contra o racismo e em projetos de formação de jovens. Essa participação ativa permitiu, ao mesmo tempo, uma observação ainda mais crítica em relação ao contexto analisado. Nas palavras de Freire (1977), viu-se que é possível não só captar a realidade criticamente, mas também atuar de maneira crítica sobre ela.

A trajetória da pesquisa foi sendo construída de acordo com as reflexões metodológicas de Garriga (2015), que se dedicou a trabalhar com a comunidade cigana como assistente social e pesquisadora. Para a autora, nas pesquisas com as comunidades ciganas, além de se informar e estudar o que foi produzido nas diferentes áreas de conhecimento sobre o tema, é muito importante que haja o contato direto com seus membros, o que inclui a observação e a capacidade de escutar.

Os espaços de contato, tanto físicos como digitais, criaram circunstâncias nas quais a pesquisadora e os interlocutores puderam escutar-se mutuamente, facilitando uma relação mais dialógica. Ainda que este trabalho não se trate estritamente de uma etnografia, é verdade que

⁵ Para saber mais, acessar: <https://www.facebook.com/pobleromaniviladegracia>.

parte das reflexões e experiências da observação participante estiveram refletidas nas análises dos dados obtidos com as entrevistas – que não são o foco deste artigo – realizadas a partir do segundo ano da pesquisa. Como aponta Cardoso de Oliveira (2006), a vivência proporcionada pelo “estar lá” que acompanha a observação participante é evocada constantemente no ato de interpretação e de escrita.

O vínculo construído com os diversos membros da comunidade cigana possibilitou a relação de confiança e afeto com a pesquisadora – entendendo o afeto no sentido já mencionado anteriormente por Favret-Saada (2005) –, o que contribuiu com a decisão dos participantes em ajudar na pesquisa como entrevistados e entrevistadas. Ser brasileira e estar longe da família foi, não poucas vezes, motivo de curiosidade e empatia durante o processo de aproximação. Além disso, ser uma migrante afrodescendente fazia com que essa representação ou imaginação cedesse lugar também a experiências próprias similares na vida em sociedade, o que Favret-Saada (*ibid.*) chama de comunicação afetiva, uma forma diferente na qual a empatia se apresenta. Nela, a identificação com o outro se dá na fusão com ele e na instantaneidade da comunicação.

Se por um lado houve espaço para a curiosidade e a descoberta do que era diferente entre pesquisadora e interlocutores, por outro lado houve momentos de reconhecimento de pontos em comum nas experiências de vida desses sujeitos. Isto foi possibilitado pelas escolhas metodológicas da pesquisa, ao mesmo tempo que interferiu diretamente no processo de realização da mesma.

Todo esse processo se deu por meio de conversas informais nos espaços de realização das atividades mencionadas anteriormente, já os eventos formais foram registrados em cadernos e blocos de notas. Esses contatos e vínculos resultaram, em parte, direta ou indiretamente, na realização de entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e cujos conteúdos foram utilizados para a análise apresentada na tese de doutorado que desenvolve essas reflexões. No entanto, não nos deteremos nessa parte da metodologia, já que não é o foco deste artigo.

5. Considerações finais

Este trabalho buscou discutir a importância da comunicação dialógica nas metodologias de pesquisa qualitativa, especialmente a pesquisa participante, destacada aqui enquanto método que contribui com a construção de um fazer científico mais horizontal, especialmente naquelas

pesquisas com grupos sociais historicamente silenciados dentro das estruturas de poder do saber científico (GONÇALVES, 2019b). Tentamos com este texto, refletir sobre um processo de pesquisa que permitiu a interação com sujeitos, cujos saberes possibilitaram a construção de uma teoria também potente.

Nesse sentido, destacamos três pontos fundamentais para a elaboração de metodologias de pesquisa como a analisada aqui. O primeiro deles é a importância de se conhecer com profundidade o contexto histórico e social dos grupos que estão participando da pesquisa. Esse conhecimento se constrói tanto com a leitura crítica do material bibliográfico sobre o tema quanto com a vivência no dia a dia das pessoas pertencentes ao grupo. Isso possibilita não só compreender as especificidades desses sujeitos em relação a uma teoria mais geral, mas também olhar as contradições que o cotidiano nos impõe como uma potência para o processo de análise e não como um obstáculo.

O segundo ponto a ser destacado é a construção de uma metodologia baseada na interação, no diálogo, no afeto e na construção de redes. Nesse sentido, a corporeidade do pesquisador se coloca também como ator importante do processo. Esse “estar presente” abre caminho para interações e diálogos que ganham outro sentido ou outra intensidade na vivência, no cotidiano, resultando no afeto mútuo e, portanto, em sujeitos que saem desse processo modificados. Além disso, sublinhamos a importância da formação de redes, que contribui não só para uma melhor compreensão da realidade analisada e intercâmbio das reflexões que estão sendo produzidas, mas também como uma forma de apoio e de confiança para a realização da pesquisa.

Já o terceiro ponto discutido aqui é o compromisso do pesquisador com o próprio processo metodológico da pesquisa. Isso resulta em que o olhar crítico sobre a realidade seja acompanhado de uma atuação também crítica sobre ela. Como vimos, muitas vezes essa atuação é consequência das demandas que surgem por parte dos interlocutores, já que se aceitou que o processo seria construído de forma horizontal e dialógica. Ao romper as hierarquias do processo de pesquisa, rompe-se também a tradicional ilusão de que determinados grupos sociais devem se adaptar às mudanças impostas por outros grupos. Assume-se que pesquisadores e interlocutores são sujeitos diferentes, mas não desiguais e, portanto, tomam decisões para transformar suas realidades, incluindo aqui os processos envolvidos na prática científica.

Finalmente, gostaríamos de ressaltar que a participação é também um modo de resistência no próprio processo acadêmico em que se insere a pesquisa aqui mencionada.

Resistência porque o compromisso e a participação nos obrigam a respeitar os tempos das pessoas, saindo da lógica produtivista da área científica que insiste em prevalecer e manter-se constantemente ativa nos diferentes campos.

6. Referências bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante na docência: a busca do diálogo na construção do saber. In: _____ (Ed.). **Escritos abreviados**. São Paulo: Rosa dos Ventos, 2005.

_____. Pesquisar-participar. In: _____ (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CORTÉS GÓMEZ, Ismael; FERNÁNDEZ ORTEGA, Cayetano. El nomadismo romaní como resistencia refractaria frente al racismo de Estado en la modernidad española. In: **Memorias del 50º Congreso de Filosofía Joven Horizontes de Compromiso: LA VIDA**. Granada: Asociación de Jóvenes Investigadores en Ciencias Sociales, 2015. p. 498-517.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GARRIGA, Carme. **Els gitanos de Barcelona: Una aproximación sociológica**. Diputació de Barcelona, 2000.

_____. **Treball Social amb Gitanos**. Barcelona: Col·legi Oficial de Treball Social de Catalunya, 2015.

GERALDI, João Vanderley. Bakhtin é pano de fundo para crítica ao modelo neoliberal de educação. Entrevista com Carolina Nalon. **Revista A3**, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, n. 1, p. 20-24., 2011.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Gabriela Marques. El combate al Antigitanismo en España: las reacciones a las entrevistas de la directora de ‘Carmen y Lola’. **Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens**, v. 4, n. 2, p. 205-226, 2019a.

GONÇALVES, Gabriela Marques. **Medios de Comunicación y Cohesión Social: Consumo mediático y cultural de la población gitana de Cataluña**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2019b.

LALUEZA, José Luis; CRESPO, Isabel; LUQUE, María José. Un espai de col·laboració entre la Comunitat Gitana i la Universitat per a l'educació intercultural. **Perspectiva escolar**, n. 349, p. 46-55, 2010.

MATACHE, Margareta. **Palabra, imagen y pensamiento**: la creación de la otredad gitana. Fundación Secretariado Gitano, 9 nov. 2016. Disponible em: <https://www.gitanos.org/actualidad/archivo/118108.html.es>. Acceso em: 13 jan. 2017.

_____. The Deficit of EU Democracies: A New Cycle of Violence Against Roma Population. **Human Rights Quarterly**, n. 36, p. 325-348, 2014.

_____; BHABHA, Jacqueline; BRONSTHER, Carrie. Towards EU Negotiations: a moment of opportunity for the Roma, Ashkali and Egyptian communities in Kosovo? **European Review**, v. 22, n. 3, p. 432-452, 2014.

MIRGA-KRUSZELNICKA, Anna. **Estudios gitanos y emergencia de la Erudición Romani**. Asociación Nacional Presencia Gitana, 2015. Disponible em: <http://www.presenciagitana.org>.

OLEAQUE, Joan M. **Los gitanos en la prensa española**: Variación y reiteración de los planteamientos de los diarios ABC, El País y La Vanguardia en la representación de los gitanos como grupo (1981-2010). 2014. Tese (Doutorado em Ciéncias Polítiques) – Universitat de València, Valencia, 2014.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PADRÓS CASTELLS, Marta; SÀNCHEZ-BUSQUÉS, Sònia; LUQUE CUBERO, María José. Shere Rom: creando una microcultura para la inclusión socioeducativa. **Quaderns de Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 87-99, 2012.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANT'ANA, Maria de Lourdes. **Os ciganos**: aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

SAN ROMÁN, Teresa. **Gitanos de Madrid y Barcelona**: Ensayos sobre Aculturación y Etnicidad. Bellaterra: Universidad Autónoma de Barcelona, 1984.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SOUZA, L. A. Gomes de. Prefácio. In: SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

TORRES, Antonio. **Vivencias Gitanas**. Barcelona: Instituto Romani de Servicios Sociales, 1991.

VARENNES, Fernand de. **Declaración del Relator Especial de las Naciones Unidas sobre cuestiones de las minorías**. Madrid, 25 jan. 2019. Disponible em:

<https://www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=24112&LangID=S>.
Acesso em: 12 maio 2019.

.